

XXXIX REUNIÃO DA REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

DATA: 23 de março de 2026

HORA: 10h00

LOCAL: Reunião decorreu em formato híbrido (presencial nas instalações da sede ARTE e à distância usando a plataforma Microsoft Teams)

PARTICIPANTES

Presencial

Agência para a Reforma Tecnológica do Estado (ARTE)

- Jorge Lagarto
- Rui Martinho
- Dora Silva
- Carla Outor

Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania (PASC-CC)

- Luís Vidigal

Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)

- Sérgio Pratas

Secretaria-Geral do Governo (SG Gov)

- Nuno Branco
- Sílvia Isidro

Online

Representante da Open Government Partnership (OGP)

- Mathilde Bouyé

Autoridade Tributária (AT)

- Carlos Guímaro

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)

- Juliana Coutinho

Provedoria da Justiça (PJ)

- Mariana Melo Egídio

AGENDA

1. Abertura e Boas-Vindas
2. Intervenção de Mathilde Bouyé (OGP)
3. Validação das orientações estratégicas
4. Apresentação dos resultados das ações realizadas para a revisão do III PANAA
5. Outros Assuntos e Encerramento

Intervenções

1. Abertura

A reunião foi aberta pela ARTE, que apresentou a agenda de trabalhos para a sessão. A ARTE esclareceu que a sessão seria gravada, em conformidade com os procedimentos estabelecidos.

Foi referido que o questionário de auscultação à sociedade civil ainda se encontra em curso, com encerramento previsto para o próprio dia. À data da reunião, tinham sido registados 85 respostas.

2. Intervenção de Mathilde Bouyé

A reunião contou com a participação de Mathilde Bouyé, ponto focal da Open Government Partnership (OGP) e que acompanha as atividades de Portugal. Mathilde apresentou as mais recentes atualizações relativas ao *OGP Action Framework*. Foi explicado que este quadro foi recentemente revisto, tendo como principal objetivo torná-lo mais flexível e ajustado às realidades dos diferentes países e aos seus ciclos políticos. Destacou-se que, anteriormente, o modelo assentava sobretudo na elaboração e cumprimento dos compromissos inscritos nos planos de ação com ciclos definidos (2 ou 4 anos), enquanto o novo enquadramento pretende reforçar a importância dos compromissos individuais e permite a valorização de iniciativas e reformas alinhadas com os princípios de governo aberto que surjam durante esses ciclos, mas que não estejam incluídos no plano de ação.

3. Validação das orientações estratégicas

Foi apresentado um resumo do documento com a consolidação das orientações estratégicas da Rede para o 2026-2027 que se centraram em quatro prioridades discutidas durante as XXXVII e XXXVIII Reuniões da RNAA: aposta na capacitação e comunicação dos trabalhadores públicos; reforço da cooperação entre instituições públicas; apoio institucional das tutelas e direções de topo; e utilização de tecnologias para transparência e inclusão.

CADA quis acentuar a valorização deste processo para a construção do PANAA, dado ter sido uma oportunidade para uma reflexão estratégica dentro da Rede e cocriado com os contributos dos representantes das entidades que se envolveram no processo.

Colocado a apreciação de todos os membros presentes, todos validaram a informação do documento e concordaram que a revisão do III PANAA deveria operacionalizar os pilares estratégicos aí presentes: Capacitação e Divulgação de iniciativas de governo aberto e Participação Cívica e Transparência com Tecnologias Emergentes.

4. Apresentação dos resultados das ações realizadas para a revisão do III PANAA

Foram apresentados os principais resultados das iniciativas realizadas até ao momento no âmbito do processo de sensibilização atualmente em curso.

A ARTE partilhou os resultados preliminares dos contributos recolhidos junto da sociedade civil através do questionário cujo período de resposta termina a 23 de março.

De seguida, a ARTE apresentou uma síntese dos principais pontos da Oficina@LabX #34, realizada a 18 de março de 2026 com 12 trabalhadores da Administração Pública no contexto das atividades da Rede de Inovadores. Nesta apresentação foi salientada a participação ativa dos envolvidos e valorizada a abordagem de cocriação adotada ao longo do processo.

A PASC tomou a palavra para apresentar os resultados do Workshop “A Transparência da Inteligência Artificial no Setor Público” que decorreu a 4 de março e contou com 15 participantes, dois terços provenientes da sociedade civil e um terço de entidades da Administração Pública. Das ideias geradas durante o workshop e do seguimento posterior por email, resultou uma proposta de novo compromisso, que será agora analisada pelos membros.

A ARTE salientou que os contributos recolhidos no âmbito destas iniciativas não constituem, por si só, compromissos do PANAA, nem devem ser interpretados dessa forma. As ideias recolhidas serão agora alvo de uma análise conjunta pelos membros da RNAA, bem como por entidades que possam vir a assumir um papel de parceria na sua execução, com vista à sua eventual integração numa versão revista do III PANAA.

A proposta resultante deste trabalho será posteriormente remetida ao Gabinete do Secretário de Estado da Simplificação para ratificação e, numa fase seguinte, submetida a consulta pública na plataforma Participa.gov.

Deste modo, discutiu-se a metodologia a adotar para o tratamento dos dados recolhidos, incluindo a sua sistematização, análise e integração no processo de revisão do PANAA. Tendo ficado definido que, após o encerramento do questionário dirigido à sociedade civil, será partilhado com todos os membros da RNAA um documento reunindo os contributos recebidos, para respetiva análise. A integração destes contributos no PANAA será trabalhada numa sessão extraordinária de cocriação, agendada para 13 de abril, na qual será desenvolvido o primeiro esboço da revisão do documento.

5. Outros assuntos e encerramento

Foi agendada uma reunião extraordinária para 20 de abril de 2026 às 10h00 nas instalações da ARTE, destinada à aprovação da proposta do III Plano de Ação Nacional revisto.